



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -  
SMCL-DGC**

Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO -  
<https://smcl.portovelho.ro.gov.br/>

Termo Nº 265 - SMCL-DGC

**TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO- RETIFICADO**

| <b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005.003690/2025-75</b>                      |   |  |
|---|---|--|
| <b>Unidade Orçamentária:</b><br>Secretaria Municipal de Saúde -<br>SEMUSA | <b>Cadastro:</b>  |  |
| <b>Nome do requisitante:</b> Greici<br>Catlein Botelho Freitas            | <b>Setor/Departamento:</b><br>Gerente da Divisão<br>de Apoio<br>Assistência<br>Hospitalar/DMAC<br>Departamento de<br>Alta e Média<br>Complexidade | <b>Data do Pedido:</b> 03 de<br>novembro de 2025 |

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** O presente termo de referência tem por objeto a **Aquisição de curativo primário autoformador de película protetora para tratamento de feridas**, destinado aos cuidados de partos cesarianos, partos vaginais das pacientes e puérperas internadas na **Maternidade Municipal Mãe Esperança** e para atendimento da sala de curativos do **Centro de Especialidades Médicas Dr. Rafael Vaz e Silva**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | CATMAT                 | ESPECIFICAÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|------------------------|---|---------|------------|
| 01   | 484869<br>(aproximado) | Curativo primário autoformador de película protetora para o cuidado avançado das feridas abertas, a base de Polissiloxanos e resina de Siloxanos, gel de silicone de grau médico classe II, semioclusivo, estéril, bacteriostático, hidrofóbico, auto secante, transparente, pH neutro, inerte, não reativo. Não afeta o manto ácido cutâneo, reduz o nível de resposta inflamatória, permite migração rápida dos queratinócitos, restaura a função barreira do estrato e nutrientes em diferentes estados córneo, modula o nível de crescimento fibroblástico propiciando reepitelização rápida. Diminui a incidência de cicatrizes anormais. Compatível com curativos secundários. Bisnaga de 05g. Marca de referência: Stratamed, ou de qualidade similar ou superior. | UND     | 355        |

**1.1.1.** Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante nos ANEXOS I deste Termo de Referência e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do

Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece as especificações do Termo de Referência.

**1.2. DA NATUREZA DO OBJETO:** A referida contratação é considerada **BEM COMUM**, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado. Essa justificativa se encontra com devido amparo legal, nos termos da legislação vigente no inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021.

**1.3. Prazo de entrega:** trata-se de entrega imediata. O prazo de entrega de até 30 (trinta) dias corridos, após entrega da nota de empenho. Os eventuais atrasos deverão ser comunicados e justificados por escrito para avaliação, podendo a empresa ser penalizada.

**1.4.** Esta licitação destina - se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar o **MENOR PREÇO** para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no Art. 5º da Lei 14.133.21. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável atendendo as necessidades da **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA**.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente Contratação apresentou a devida justificativa, extraída dos autos do **Processo Administrativo nº 005.003690/2025-75**, visa motivar a aquisição pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**2.1.1.** Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA**, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de **PLANEJAMENTO**. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência id.0665103 elaborada pelo setor competente, devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

**2.1.2.** Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei Complementar nº 1.000, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei 14.133/2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, e ainda com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

## **2.2. DA JUSTIFICAVA DA SEMUSA**

**2.2.1.** A contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar id. 0665024.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A aquisição do curativo primário autoformador de película protetora destina-se ao atendimento das demandas assistenciais da **Maternidade Municipal Mãe Esperança** e do **Centro de Especialidades Médicas Dr. Rafael Vaz e Silva**, sendo necessária para auxiliar no tratamento e na cicatrização de feridas decorrentes de procedimentos obstétricos e outras lesões cutâneas atendidas nas unidades da rede municipal de saúde.

**3.1.1.** A contratação será realizada por meio de **licitação na modalidade Pregão Eletrônico**, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de bem comum, cujas especificações podem ser objetivamente definidas neste Termo de Referência.

**3.2.** Encontra-se a solução escolhida no Estudo Técnico Preliminar id. 0665024.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Critérios de Sustentabilidade**

**4.1.1.** Critérios de Sustentabilidade, para aquisição do coberturas/Curativo primário autoformador de película atende às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024), contemplando critérios de sustentabilidade aplicáveis, tais como:

**4.1.1.2.** Segurança e qualidade: Produto registrado e aprovado pela ANVISA, garantindo a eficácia terapêutica e a redução de riscos à saúde dos usuários.

**4.1.1.3.** Eficiência no uso: O medicamento apresenta formulação inovadora que reduz o tempo de tratamento e a necessidade de reaplicação, promovendo melhor aproveitamento de recursos.

**4.1.1.4.** Redução de resíduos: Embalagens produzidas com materiais recicláveis, atendendo às recomendações de responsabilidade ambiental.

## **4.2. ANVISA**

**4.2.1.** Para os item será solicitado ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

**4.2.1.1.** O documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.

## **4.3. Subcontratação**

**4.3.1.** É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo;

## **4.4. Garantia do objeto**

**4.4.1.** Fica terminantemente vedado ao licitante contratado entregar materiais e equipamentos que sejam usados, reservando-se ao Município de Porto Velho/ RO o direito de recusar qualquer item que apresente tais características;

**4.4.2.** O material e/ou equipamento será fornecido pela empresa vencedora, de primeiro uso, devendo mantê-lo sempre com qualidade e dentro de sua validade até seu recebimento definitivo, respeitando-se complementarmente o período da validade ofertada;

**4.4.3.** O não atendimento dos prazos fixados poderá implicar na aplicação das sanções definidas na Lei. O não atendimento do prazo fixado implicará em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e outras previstas no Edital de Licitação e na Legislação pertinente e em vigor, salvo justificativa fundamentada do fornecedor, com a devida aceitação do ordenador de despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação;

**4.4.4.** A garantia do fornecedor será de forma integral, contra qualquer defeito de fabricação que venham a apresentar, incluindo avarias durante o transporte até o local do recebimento e/ou problemas técnicos;

**4.4.5.** A garantia deverá ser aplicado de acordo com a descrição de cada item, ou seja, garantia de no mínimo 12 (doze) meses ou maior, conforme ESPECIFICIDADE de cada ITEM, contados da data da entrega técnica definitiva do bem, conforme as especificações neste Estudo Técnico Preliminar.

**4.4.6.** Devolver os produtos caso não estejam dentro das especificações constantes neste instrumento, ficando a contratada sujeita às sanções cabíveis.

**4.4.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

**4.4.8.** Deverá apresentar, como forma de comprovação da garantia mencionada no subitem anterior, CERTIFICADO DE GARANTIA DO FABRICANTE, ou documento similar no ato da entrega.

**4.4.9.** No caso de os bens apresentarem defeitos e, conseqüentemente ser substituída, a garantia será contada a partir da nova data de entrega.

## **5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Da forma do prazo, local de entrega e condições de recebimento**

**5.1.1.** O prazo para entrega dos materiais será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da **Nota de Empenho** pela empresa contratada.

**5.1.2.** Os produtos deverão ser entregues no **Departamento de Almoxarifado e Patrimônio – DAP**, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, localizado na Rua

Monteiro Lobato, nº 5550, Bairro Jardim Eldorado, CEP 76.811-794, Porto Velho/RO, observando o horário comercial das **08h às 14h**.

## **5.2. Condições de recebimento**

**5.2.1.** Na entrega dos produtos deverá ser observado o controle de qualidade de primeira ordem (macroscópico), incluindo a verificação dos seguintes aspectos:

**5.2.1.1.** Identificação do item e do fabricante;

**5.2.1.2.** Integridade da embalagem;

**5.2.1.3.** Prazo de validade do produto;

**5.2.1.4.** Presença de rótulo com informações exigidas pela legislação sanitária;

**5.2.1.5.** Ausência de danos, violação, vazamentos ou corpos estranhos;

**5.2.1.6.** Características físicas do produto, tais como cor, odor, textura e uniformidade, quando aplicável.

**5.2.2.** Conformidade do produto: Os materiais entregues deverão atender integralmente às **especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência**, bem como às normas sanitárias vigentes.

**5.2.3.** Autorização de fornecimento: Não será admitida a entrega de qualquer item sem que a empresa esteja de posse da **respectiva Nota de Empenho ou documento equivalente emitido pela Administração**.

**5.2.4.** Recebimento provisório: O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para verificação da conformidade do material com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

**5.2.5.** Recebimento definitivo: O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais entregues, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, conforme disposto no **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**.

## **5.3. Substituição de produtos**

**5.3.1.** Caso seja constatado que o material entregue não atende às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração poderá rejeitá-lo, total ou parcialmente, devendo a empresa contratada providenciar a **substituição do produto no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos**, sem ônus para a Administração.

## **5.4. Reconhecimento da entrega**

**5.4.1.** Somente será considerada efetivada a entrega quando os quantitativos constantes na Nota Fiscal forem devidamente conferidos e aceitos pela Administração.

## **5.5. Atesto da Nota Fiscal**

**5.5.1.** Após a verificação da conformidade dos materiais entregues, será realizado o atesto da Nota Fiscal, autorizando o prosseguimento do processo de pagamento.

## **5.6. Condições de embalagem**

**5.6.1.** Os materiais deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, contendo identificação do lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente.

## **6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, brigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;

**6.2.** A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es) ou comissão, doravante denominado (s) FISCAL (IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê os artigos. 117 e 140 da Lei nº 14.113/21.

### **6.3. Fiscalização**

**6.3.1.** A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;

**6.3.2.** A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es) ou comissão, doravante denominado (s) FISCAL (IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê os artigos. 117 e 140 da Lei nº 14.113/21;

**6.3.3.** A existência da fiscalização da Secretaria não diminui ou altera a responsabilidade da empresa contratada.

### **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhada das devidas requisições que deram origem ao fornecimento pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133 de 2021;

**7.2.** O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, será de 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.

**7.3.** Não será efetuado qualquer pagamento de parcela controvertida à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**7.4.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**7.5.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

**7.6.** Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

**7.7.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**7.8.** A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

**7.9.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**7.10.** A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

**7.11.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Critério de Seleção do Fornecedor**

**8.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação na **modalidade Pregão na forma Eletrônica** com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da Proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**8.1.2.** Critério de Julgamento da Proposta de Preços. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme inciso i, art. 33 da Lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no edital.

**8.1.3.** O julgamento por menor preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação, consoante art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

### **8.2. Exigências de Habilitação**

**8.2.1.** As Exigências de Habilitação: Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021; Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica as quais estão estabelecidas neste termo e no Edital de licitação.

### **8.3. Qualificação Técnica**

**8.3.1.** Apresentação de atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de materiais permanentes compatíveis com o objeto deste instrumento.

**8.3.1.1.** Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

**8.3.1.2.** A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente correspondente ao local da sede da empresa, conforme exigido pelas legislações sanitárias locais e pela RDC nº 275/2002

### **8.4. Da aplicação da Lei Federal 123/2006 e suas alterações:**

**8.4.1. Quanto à aplicação dos benefícios CONDICIONADAS AS NORMAS DA LEI 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, para fins de participação nesta Licitação,** tratando-se de aquisição, os quantitativos do objeto deste termo estão classificados da seguinte forma:

**a) ITEM/LOTE COM VALORES** acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será aplicada a **COTA RESERVA** – corresponde até 25% (vinte e cinco por cento) destinado à participação de **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS** e **COTA PRINCIPAL** destinados à participação para **AMPLA CONCORRÊNCIA**.

**b)** Na hipótese de não haver vencedor para a **cota reservada**, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da **cota principal** ou, diante de sua recusa, às **licitantes** remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

**c)** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com o art. 23, da Lei nº 14.133/2021: "Art.23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto".

**9.2.** Em conformidade com a pesquisa prévia de preços realizada em 07 de abril de 2026, atestada pelo Departamento de Pesquisa Mercadológica – DPM/SMCL id. O valor estimado para a contratação é de **R\$ 289.800,70 (duzentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais e setenta centavos)**.

## **10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **10.1. Das obrigações da CONTRATADA**

**10.1.1.** Cumprir fielmente as obrigações assumidas no Edital de Licitação, no Contrato e na Proposta, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição.

**10.1.2.** Os equipamentos disponibilizados a CONTRATANTE deverão ser novos e de primeiro uso, ser mantidos em perfeito estado de funcionamento, devendo a CONTRATADA proceder às manutenções preventivas e corretivas durante o período da garantia, sem ônus para a CONTRATANTE, observando as recomendações técnicas do fabricante, sem que isso ocasione qualquer prejuízo à execução dos serviços.

**10.1.3.** Assegurar a manutenção, suporte técnico e operacional necessários ao pleno e perfeito funcionamento dos equipamentos, efetuando os ajustes, reparos ou a substituição parcial ou total dos equipamentos, peças e partes sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**10.1.4.** Disponibilizar para download, todas as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança e “releases” referentes ao driver do equipamento e driver de reconhecimento de caracteres, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.

**10.1.5.** A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que requerido pela Administração, por meio de cópias de notas fiscais, a procedência das peças, partes de peças e componentes, bem como de outros equipamentos necessários à prestação dos serviços.

**10.1.6.** Disponibilizar para a CONTRATANTE acesso à sua central de atendimento (callcenter), onde serão registrados os pedidos de assistência técnica.

**10.1.7.** Providenciar, caso seja necessária a retirada dos equipamentos para fins de manutenção corretiva durante a garantia, a imediata instalação de outro com as mesmas especificações ou superior, o qual somente poderá ser retirado quando da reinstalação dos equipamentos anteriores devidamente mantidos.

**10.1.8.** Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE ou de suas representações obtidas em função da prestação do serviço contratado.

**10.1.9.** Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

**10.1.10.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no equipamento contratual, de acordo com Lei nº 14.133/2021, art. 124, §1, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

**10.1.11.** Apresentar, após a fase de lances, junto com sua documentação para a habilitação, os seguintes documentos:

**10.1.12** Catálogos dos Equipamentos ofertados, com informações técnicas, que demonstrem o atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos neste instrumento. adequada;

**10.1.13.** Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já forneceu os produtos do equipamento licitado, em características e quantidades.

**10.1.14.** Cumprir as demais obrigações estabelecidas no instrumento e em seus Anexos.

**10.1.15.** A contratada deverá apresentar o Certificado de **Boas Práticas de Fabricação (CBPF)** para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.

**10.1.16.** A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**10.1.17.** A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

**10.1.18.** A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para

proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

## **10.2. Obrigações da contratante**

**10.2.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregue fora das especificações deste instrumento e cumprir com as disposições editalícias.

**10.2.2.** Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações (ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS) e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela mesma.

**10.2.3.** Acompanhar, atestar e efetuar o recebimento dos equipamentos correspondentes ao produto deste instrumento, por servidor ou Comissão de Recebimento dos equipamentos, devidamente legalizado, conforme prevê o art. 140, da Lei n.º 14.133/21, bem como rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa entregar fora das especificações do Termo de Referência e seu (s) Anexo(s), não eximindo a CONTRATADA de sua total responsabilidade quanto ao cumprimento de suas obrigações.

**10.2.4.** Comunicar imediatamente à empresa CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição dos equipamentos.

**10.2.5.** Efetuar o pagamento da empresa CONTRATADA em conformidade ao estabelecido neste Termo de Referência, mediante conferência dos documentos: Nota Fiscal/Fatura, e devidamente atestados por servidor ou comissão encarregado do recebimento e observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

## **11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES**

**11.1.** À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescrita pelas Lei nº 14.133/2021, e previstas no Edital e/ou contrato), as seguintes penalidades:

I – Advertência:

II – Multa, nos seguintes percentuais:

a) No atraso injustificado da entrega do produto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 30% (trinta por cento);

b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,5% (cinco centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 30% (trinta por cento);

c) No caso de atraso injustificado para substituição do produto, 0,5% (cinco centésimos por cento) ao dia sobre o valor do produto, incidência limitada a 10 (dez) dias;

d) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do produto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do produto;

e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

f) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no Inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

III – Inadimplemento absoluto das obrigações sujeitas a contratado à aplicação das seguintes multas:

a) Pelo descumprimento total, será aplicada multa de 10% sobre o valor contratado;

b) Pelo descumprimento parcial, será aplicada multa de 5% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida;

c) Na hipótese de a empresa recusar-se a formalizar o contrato no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se a inexecução total da obrigação assumida.

IV – Impedimento de licitar e contratar; Art. 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021.



V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com fulcro no Art. 156, da Lei nº 14.133/2021, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

**11.2.** A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

**11.3.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

**11.4.** Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

**11.5.** Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente termo admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejávela, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

**11.6.** As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

**11.17.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

**11.18.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

**11.19.** As infrações contratuais incorridas pelo contratado serão apuradas pela Administração mediante devido processo legal, garantindo-se o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme procedimentos previstos no Art. 96 a 130 do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

## **12. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** O fornecimento decorrente deste Termo, em razão de tratar-se de entrega imediata e, considerando o disposto no art. 95, II da Lei 14.133/2021, será instrumentalizado por **meio de nota de empenho**, que terá força obrigacional e vinculará o fornecedor à sua proposta, a este Termo de Referência e ao Edital de licitação, sem prejuízo às demais obrigações decorrentes de Lei e normas.

**12.2.** Conforme Art. 60 do Decreto Municipal nº 18.892/2023, na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços ou retirar a nota de empenho, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, retirar a nota de empenho, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo e no edital.

**12.3.** A contratação resultante do objeto deste instrumento, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.1990.

### **12.4. Reajuste**

**12.4.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data base **07 DE ABRIL DE 2026** id 0754031 do orçamento estimado pela Administração.

**12.4.2.** Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.4.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.4.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**12.4.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**12.4.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**12.4.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**12.4.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**12.4.9.** Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, conforme:

**Projeto/Atividade P.A:** 08.31.10.302.329.2.396 – Sustentação da Maternidade Pública Municipal.

**Fonte de Recurso: 1.600** – Transferência do Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de manutenção pra Material de consumo: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**14.2.** As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.3.** Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

**14.4.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

**14.5.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS;**

**ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** é parte integrante do Termo de Referência (documento que faz parte da fase de planejamento de contratações públicas, com intuito de demonstrar a necessidade da contratação e instruir a elaboração do Termo de Referência definitivo).

Porto Velho - RO, 18 de maio de 2026.

**Responsável(eis) pela elaboração:**

**Fátima De Oliveira Costa Sousa**

Chefe II – Núcleo de Controle de Aquisições de Materiais de Consumo

**Analizado por:**

**Carla Dominique Brambilla Watanabe**

Gerente II - Divisão de Aquisições e Contratações

**Geison Felipe Costa da Silva**

Diretor Executivo de Administração

**Ricardo Guedes Brandao**

Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira

**Aprovação**

**Greici Catlein Botelho Freitas**

Gerente da Divisão de Apoio Assistência Hospitalar

**Conceição Ribeiro Simões**

Diretora da Maternidade Municipal Mãe Esperança

**Francisca Rodrigues Nery**

Diretora do Departamento de Média e Alta Complexidade

**Aprovação da Autoridade Competente**

**Sandra Maria Petillo Cardoso**

Secretária Municipal de Saúde - SEMUSA

**ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS**

| ITEM   | CATMAT | DESCRIÇÃO DO OBJETO   | UND. | QUANT. | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|--|--------|---|------|--------|--------------------|-----------------|
| <b>COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>                        |        |   |      |        |                    |                 |
| 01   | 484869 | Curativo primário autoformador de película protetora para o cuidado avançado das feridas abertas, a base de Polissiloxanos e resina de Siloxanos, gel de silicone de grau médico classe II, semioclusivo, estéril, bacteriostático, hidrofóbico, auto secante, transparente, pH neutro, inerte, não reativo. Não afeta o manto ácido cutâneo, reduz o nível de resposta inflamatória, permite migração rápida dos queratinócitos, restaura a função barreira do estrato e nutrientes em diferentes estados córneo, modula o nível de crescimento fibroblástico propiciando reepitelização rápida. Diminui a incidência de cicatrizes anormais. Compatível com curativos secundários. Bisnaga de 05g. Marca de referência: Stratamed, ou de qualidade similar ou superior. | UND. | 267    | R\$ 816,34         | R\$ 217.962,78  |
| <b>COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b> |        |   |      |        |                    |                 |
| 02   | 484869 | Curativo primário autoformador de película protetora para o cuidado avançado das feridas abertas, a base de Polissiloxanos e resina de Siloxanos, gel de silicone de grau médico classe II, semioclusivo, estéril, bacteriostático, hidrofóbico, auto secante, transparente, pH neutro, inerte, não reativo. Não afeta o manto ácido cutâneo, reduz o nível de resposta inflamatória, permite migração rápida dos queratinócitos, restaura a função barreira do estrato e nutrientes em diferentes estados córneo, modula o nível de crescimento fibroblástico propiciando reepitelização rápida. Diminui a incidência de cicatrizes anormais. Compatível com curativos secundários. Bisnaga de 05g. Marca de referência: Stratamed, ou de qualidade similar ou superior. | UND. | 88     | R\$ 816,34         | R\$ 71.837,92   |

**VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 289.800,70 (duzentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais e setenta centavos)**

## ANEXO II – DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar - ETP id (0665024)

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, e o mesmo poderá ser adquirido junto ao **EDITAL DE LICITAÇÃO**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho ([www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.



Documento assinado eletronicamente por **Naiara Ferreira Lima, Assessor(a)**, em 18/05/2026, às 14:06, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Rodrigues Nery, Diretor(a)**, em 20/05/2026, às 09:44, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Greici Catlein Botelho Freitas, Gerente da Divisão de Apoio à Assistência Hospitalar**, em 20/05/2026, às 09:57, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a)**, em 20/05/2026, às 10:01, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Guedes Brandão, Coordenador(a)**, em 20/05/2026, às 10:34, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Dominique Brambilla Watanabe, Gerente**, em 20/05/2026, às 11:55, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a)**, em 21/05/2026, às 09:08, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0939294** e o código CRC **FE787BC8**.



005.003690/2025-75

0939294v9